



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3436 - Pôster - XIV ANPED-CO (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

A Política de Avaliação da Educação do Município de Rondonópolis
Erliete da Silva Santos - UFMT - PPGE Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso
Ivanete Rodrigues dos Santos - UFMT/Campus de Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso

O presente estudo tem por objetivo analisar a política de avaliação da educação do município de Rondonópolis, a partir da concepção de avaliação subjacente ao Sistema de Avaliação do Ensino – SAEM. Trata-se de estudo de cunho qualitativo, fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico dialético, desenvolvido por meio da análise documental e de entrevista semiestruturada. Dialogamos com Afonso (2009); Fernandes (2005); Gadotti (2010); Frigotto (2010); Freitas (2004); Ball (2001; 2005) dentre outros, para abordar a questão da avaliação educacional em um cenário marcado pelo ideário neoliberal. O estudo aponta para a necessidade de superação da concepção de avaliação baseada em mecanismos de controle e de mensuração de resultados por parte do estado avaliador, pois uma educação para a emancipação humana requer políticas públicas educacionais que considerem as múltiplas interferências do contexto socioeconômico e cultural no processo educativo.

Palavras-chave: Estado Avaliador. Avaliação Educacional. SAEM.

A Política de Avaliação da Educação do Município de Rondonópolis

Introdução

Sob a égide das políticas neoliberais, que redefinem o papel do Estado e as formas de regulação dos serviços educacionais, adquire centralidade a avaliação da educação, constituindo-se em um dos eixos da LDBEN nº 9394/96.

Neste estudo nos propomos analisar a política de avaliação da educação do município de Rondonópolis, a partir da concepção de avaliação subjacente ao Sistema de Avaliação do Ensino – SAEM, partindo da seguinte indagação: Qual a concepção de avaliação subjacente ao Sistema de Avaliação da Educação Municipal de Rondonópolis – SAEM?

As Políticas de Avaliação no contexto do Estado Avaliador

As reformas de cunho neoliberal implementadas na década de 1990 geraram debates produtivos sobre a luta pela transformação da sociedade e da escola. Essas reformas têm sido uma tentativa de ajustar a escola ao novo paradigma decorrente da globalização, que defende uma interação entre o campo da produção dos meios de existência, no plano social, e o campo do trabalho ou da produção de bens e serviços, no plano profissional, bem como com o campo da formação, conforme descreve

Barbier (1993).

BALL (2001, p. 101) observa que esse novo modelo “repousa na questão do futuro do Estado Nacional como uma entidade cultural e política” conduzido pelos interesses das indústrias culturais globais e disseminado pela mídia global, em que a sobrevivência humana tem se tornado efêmera e volátil, à mercê de valores instantâneos e do descartável.

Tais pressupostos têm repercutido forçosamente no modo como se conduz o processo educativo e na concepção do profissional, pois objetiva-se mais a competitividade, a mensuração de valores, do que a qualidade e a significação de valores. O que possibilita a mudança do estado provedor para o estado regulador e, conseqüentemente, a atuação do estado auditor, que avalia os resultados – performatividade.

Isto revela característica de uma racionalidade técnica em que a mensuração de valores torna-se mais importante, deixando de lado a racionalidade cultural, a compreensão e apropriação de valores éticos, morais e sociais, ou seja, o compromisso com o aprendizado é substituído por objetivos de desempenho (BALL, 2005).

Além disso, é preciso questionar e problematizar os critérios da avaliação, o balanço e as perspectivas traçadas pelo Banco Mundial sobre a educação brasileira, conforme nos aponta Maués (2014, p. 1138):

Analisar o balanço feito pelo Banco Mundial sobre os resultados das políticas educacionais implementadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, bem como identificar as novas orientações propostas em termos de política educacional e os pressupostos teóricos da visão de sociedade e de educação deste organismo internacional.

Diante disso, é possível observar que se privilegiou a avaliação externa em todos os níveis de ensino, como forma de competitividade entre organizações e professores, sem se preocupar com a qualidade social da educação.

Freitas (2004, p. 149) aponta que

No cenário dos anos de 1990, era de se esperar que alterações na organização pedagógica das escolas fossem implementadas, não raramente de cima para baixo, como a progressão continuada acoplada à recuperação paralela e à correção de fluxos, os sistemas híbridos de combinação de avaliação formativa com avaliação somativa etc. A escola é, da mesma, um reflexo do seu tempo.

Cabe ressaltar aqui, que essas políticas constituem o tripé da nova regulação educacional – a gestão, o financiamento e a avaliação, cujos objetivos estão voltados para o controle dos resultados, sendo fruto de uma motivação política, que “é exatamente a de seguir orientando o caráter e os rumos das políticas educacionais no país no sentido de manter e aprofundar a hegemonia de seu modelo de educação e sociedade em todo o mundo.” (MAUÉS, 2014, p. 1147).

Assim sendo, o sistema educacional deve desempenhar três papéis primordiais, fundados no desenvolvimento de habilidades da força de trabalho para sustentar o crescimento econômico, a contribuição para a redução da pobreza e desigualdade, buscando oferecer oportunidade educacional para todos e transformar os gastos em resultados.

Perrenoud (1999, p.10-11) propõe um olhar mais descritivo sobre a avaliação afirmando que a questão é primeiramente mostrar que ‘tudo se mantém’, que não se pode melhorar a avaliação sem tocar no conjunto do sistema didático e do sistema escolar. Para ele, descrever a avaliação sob duas lógicas é uma tarefa simples, sendo necessária: uma reflexão mais crítica e pragmática dos aspectos dessa avaliação; e a regulação das aprendizagens, do trabalho, das atividades, das relações de autoridade e cooperação em aula, bem como as relações entre a família e a escola. Essas lógicas do sistema estão ligadas ao tratamento das diferenças e desigualdades nas relações de coexistência, controle e poder.

Nesse sentido,

Avaliar a aprendizagem do aluno implica, por reciprocidade, a avaliação das práticas de ensino dos professores e das instituições responsáveis por esse ensino. Isso significa considerar que, ao detectar problemas na aprendizagem dos alunos, o professor também, deverá considerar que ocorrem problemas em sua prática de ensino. Ensinar e aprender são atividades indissociáveis e complexas que só recentemente começamos a compreender, com as contribuições dos estudos que investigam esses processos. (CEALE, 2003, p. 8, cad. 4).

Isso implica dizer que essas políticas “[...] se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.” (HOFLING, 2001, p. 31).

Avaliação é concebida por Fernandes (2005) como “[...] todo e qualquer processo deliberado e sistemático de recolha de informação, mais ou menos participado e interativo, mais ou menos negociado, mais ou menos contextualizado, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer uma diversidade de situações.” (FERNANDES, 2005, p. 16). Ainda nessa compreensão, podemos afirmar que a avaliação corresponde a um processo de ação-reflexão-ação, no qual são utilizadas várias estratégias e instrumentos avaliativos para a construção do conhecimento e a busca pela melhoria da qualidade do ensino.

Afonso (2009, p. 19) nos indica que “as funções da avaliação têm que ser, [...] compreendidas no contexto das mudanças educacionais e das mudanças econômicas e políticas mais amplas.” Para ele “a avaliação é ela própria uma atividade política como se constata, por exemplo, quando se estuda e pratica a investigação avaliativa, nomeadamente pela análise sociológica de programas educacionais e de políticas públicas”.

Nesse sentido, compreendemos a importância da avaliação como instrumento para reorientar as políticas públicas educacionais, e a reflexão sobre a prática educativa, isto é, como uma análise integral e global tendo em vista a qualidade social da educação.

Isso requer superação da concepção de avaliação baseada em mecanismos de controle e de mensuração de resultados por parte do estado avaliador, pois uma educação para a emancipação humana tem com ponto de partida políticas públicas educacionais que consideram as múltiplas interferências do contexto socioeconômico e cultural no processo educativo, e entenda a educação como práxis.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação Educacional**: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BALL, S, J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação**. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 2, pp. 99 – 116 jul / dez 2001.

BALL, S, J. **Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade**, Cadernos de Pesquisa, v.35, n. 126, p. 539 – 564. set/dez. 2005.

BARBIER, J – M. La evaluación em los procesos de formación. Barcelona: Paidós, 1993. IN: FREITAS, Luiz Carlos de. **A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação**, 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

CEALE, **Ciclo Inicial de Alfabetização**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2003.

FERNANDES, D. **Avaliação das aprendizagens**: desafios às teorias, práticas e políticas. Lisboa/Portugal: Texto Editores, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2010.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro / 2001.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. JÚNIOR, William Pessoa da Mota. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137 – 1152, out / dez. 2014.

PERRENOUD, Phillippe. A avaliação entre duas lógicas. IN: **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999, p. 09 – 23.

